

## **Performatividade espectral<sup>1</sup>: opressão contra a mulher e reforço do patriarcado na cibercultura**

*Spectral performativity: gender oppression and the reinforcement of patriarchy in cyberculture*

*Performatividad espectral: opresión contra la mujer y reforzamiento del patriarcado en la cibercultura*

*Priscila Gonçalves Magossi<sup>2</sup>*

**Resumo:** Apresenta-se, neste ensaio, a investigação acerca de como diferentes matrizes de controle da sociedade mediática avançada (Trivinho, 2007) contribuem para a intensificação da opressão de gênero e reforço do patriarcado (Chauí, 1985). Em atendimento ao perfil exclusivamente teórico deste estudo, o procedimento metodológico envolve revisão bibliográfica interdisciplinar com reflexão crítica acerca das dinâmicas de poder dos grandes oligopólios de base tecnológica, a saber, a superfície da cibercultura (oligopólio das *big techs*) e o submundo da cibercultura (oligopólio das plataformas eróticas). Os resultados indicam que ambos os estratos operam de forma simbiótica na reprogramação da subjetividade, produzindo um regime de “performatividade espectral” sustentado por engrenagens sistêmicas que naturalizam a servidão algorítmica<sup>3</sup> como suposta autonomia e emancipação. No que toca precisamente as plataformas eróticas, a argumentação aponta que o submundo reforça a lógica neoliberal de autoexploração, atuando como dispositivo biopolítico (Foucault, 2008) em performances hiper-reais (Baudrillard, 1991). Conclui-se que tais dinâmicas atualizam mecanismos patriarcais por meio de sedução psicopolítica (Han, 2018), contribuindo para consolidar um horizonte de época marcado pela recodificação de violências estruturais e pela intensificação de violências simbólicas (Bourdieu, 2004) contra a mulher na cibercultura.

---

<sup>1</sup> O termo “performatividade espectral”, cunhado neste artigo, designa a imposição de papéis sociais mediados por performances hiper-reais, nas quais a subjetividade humana é reduzida a um “jogo de ilusões e de fantasmas, embalsamados e pacificados” (Baudrillard, 1991, p. 31). Nessa atuação fantasmagórica o indivíduo é condicionado a seguir *scripts* predeterminados por métricas algorítmicas, esvaziando-se de autenticidade em prol de demandas mercadológicas.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação e Semiótica (PEPGCOS/PUC-SP). Pós-doutora em Comunicação e Cultura Midiática (PPGCOM/UNIP). E-mail: [pgmagossi@gmail.com](mailto:pgmagossi@gmail.com).

<sup>3</sup> O termo “servidão algorítmica”, cunhado neste artigo, é utilizado com base na leitura das obras de Zuboff (2021) e Byung-Chul Han (2018) e descreve a submissão do sujeito à sistemas automatizados que regulam comportamentos, extraindo valor sem transparência. No cibercultura refere-se à internalização da autoexploração como “liberdade”, sob métricas que ditam ritmos de trabalho e padrões de performatividade.

**Palavras-chave:** violência; opressão de gênero; patriarcado; algoritmo, submundo da cibercultura.

**Abstract:** In this essay it is presented the investigation of how different matrices of control within advanced media society (Trivinho, 2007) contribute to the intensification of gender oppression and the reinforcement of patriarchy (Chauí, 1985). In accordance with the exclusively theoretical profile of this study, the methodological approach consists of an interdisciplinary literature review combined with a critical reflection on the power dynamics of major technology-based oligopolies – namely, the surface layer of cyberculture (the big tech oligopoly) and the underground of cyberculture (the oligopoly of erotic platforms). The findings indicate that both strata operate symbiotically in the reprogramming of subjectivity, producing a regime of “spectral performativity” sustained by systemic mechanisms that naturalize algorithmic servitude as supposed autonomy and emancipation. With regard specifically to erotic platforms, the analysis demonstrates that the underground reinforces the neoliberal logic of self-exploitation, functioning as a biopolitical dispositif (Foucault, 2008) within hyper-real performances (Baudrillard, 1991). The study concludes that these dynamics update patriarchal mechanisms through psychopolitical seduction (Han, 2018), contributing to the consolidation of a historical horizon marked by the recoding of structural violence and the intensification of symbolic violence (Bourdieu, 2004) against women in cyberculture.

**Keywords:** violence; gender oppression; patriarchy; algorithm; cyberculture underworld.

**Resumen:** En este ensayo se presenta la investigación de cómo distintas matrices de control de la sociedad mediática avanzada (Trivinho, 2007) contribuyen a la intensificación de la opresión de género y al refuerzo del patriarcado (Chauí, 1985). En consonancia con el perfil exclusivamente teórico de este estudio, el procedimiento metodológico se basa en una revisión bibliográfica interdisciplinaria acompañada de una reflexión crítica acerca de las dinámicas de poder de los grandes oligopolios tecnológicos, a saber: la superficie de la cibercultura (oligopolio de las big tech) y el submundo de la cibercultura (oligopolio de las plataformas eróticas). Los resultados indican que ambos estratos operan de manera simbiótica en la reprogramación de la subjetividad, produciendo un régimen de “performatividad espectral” sostenido por engranajes sistémicos que naturalizan la servidumbre algorítmica como supuesta autonomía y emancipación. En lo que concierne específicamente a las plataformas eróticas, el análisis muestra que el submundo refuerza la lógica neoliberal de la autoexplotación, actuando como un dispositivo biopolítico (Foucault, 2008) en performances hiperreales (Baudrillard, 1991). Se concluye que tales dinámicas actualizan mecanismos patriarcales mediante la seducción psicopolítica (Han, 2018), contribuyendo a consolidar un horizonte de época marcado por la recodificación de violencias estructurales y la intensificación de violencias simbólicas (Bourdieu, 2004) contra la mujer en la cibercultura.

**Palabras-clave:** violencia; opresión de género; patriarcado; algoritmo; submundo de la cibercultura.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste ensaio dedica-se à investigação das arquiteturas de poder dos oligopólios tecnológicos que reconfiguram o processo civilizatório em curso a partir da mercantilização de corpos e subjetividades na cibercultura. Objetiva-se compreender como práticas sociomediáticas, enraizadas em estruturas históricas de opressão de gênero, atualizam mecanismos de manutenção de hierarquias patriarcais (Chauí, 1985) ressignificando violências sob a lógica do capitalismo digital.

No escopo deste estudo, a superfície – representada pelo oligopólio das *big techs* – e o submundo da cibercultura – regido pelo oligopólio de plataformas eróticas – configuram-se como ecossistemas simbióticos do neoliberalismo, ancorados na lógica de mercantilização da vida (Foucault, 2008). Contudo, cada um desses estratos opera sob matrizes distintas de controle, dominação e exploração, o que aponta para a necessidade de um desvelamento crítico de suas dinâmicas de poder, tanto em suas convergências quanto em suas dissonâncias.

Diante dessas colocações iniciais, o estudo é orientado pela seguinte questão-problema: de que modo o submundo da cibercultura configura-se como dispositivo de violência contra a mulher, operando como opressão de gênero e reforço do patriarcado?

A hipótese central sustenta que a performatividade espectral e a servidão algorítmica – isto é, performances hiper-reais (Baudrillard, 1991) induzidas por *feeds* algorítmicos associados à internalização da autoexploração como suposta “escolha individual” – atuam mecanismos de base de um *modus vivendi* neoliberal. Nesse cenário, a violência estrutural é naturalizada por interfaces interativas e contratos leoninos<sup>4</sup> estrategicamente camuflados por discursos cínicos de emancipação digital. Assim, o submundo erótico opera como dispositivo biopolítico (Foucault, 2008), no qual a violência simbólica (Bourdieu, 2004) é recodificada em

---

<sup>4</sup> O submundo digital opera a partir de um modelo de negócios abandonado pelo sistema jurídico global cujo contrato de prestação de serviços condiciona a vítima à autorização — de forma gratuita e sem qualquer ônus, em caráter total, definitivo, irrevogável e irretroatável — do uso da sua imagem, da coleta de dados e do compartilhamento de informações pessoais em *websites* eróticos, responsabilizando-se por qualquer dano moral, sexual, patrimonial e/ou existencial que sofra na plataforma. As cláusulas referentes às afirmações estão descritas no item 5.8 e 24.2 do contrato de prestação de serviços do *site* de *webcamming* brasileiro Câmera Privê, disponível em: <https://models.cameraprive.com/br/legal/platform-agreement/print>. Utiliza-se como exemplo este contrato desta plataforma em específico por ser o único cujo acesso é público, isto é, não há necessidade de criar uma conta no *site* para acessá-lo, apenas clicar no *link*. Acesso em: 18 abr. 2025.

padrões algorítmicos por sedução psicopolítica (Han, 2018), de tal sorte que diferentes graus de servidão se confundem com “liberdade” e “autonomia” feminina.

Posto isso, a argumentação concentra-se em decifrar convergências e dissonâncias entre a superfície das *big techs* e o submundo da cibercultura, bem como identificar as matrizes sociotécnicas de controle que sustentam tais ambientes. Para tanto, a reflexão está dividida em dois eixos temáticos interdependentes:

- a) Circuitos ocultos da cibercultura: análise dos processos sociotécnicos de controle que permeiam tanto a superfície quanto o submundo do ciberespaço;
- b) Necrotrabalho digital<sup>5</sup>: investigação das performances hiper-reais das plataformas eróticas e de sua função no reforço do patriarcado no atual horizonte de época.

Este trabalho configura-se como um ensaio teórico apoiado em revisão bibliográfica interdisciplinar, estruturado na tensão dialética entre o visível – marcado por falácias discursivas neoliberais e simulacros publicitários – e o oculto – sustentado por mecanismos empresariais que naturalizam violências simbólicas, obscurecidas pela retórica de emancipação. No contexto hegeliano, a dialética é entendida como um movimento triádico composto por tese, antítese e síntese. Assim, uma ideia (tese) é confrontada por sua oposta (antítese), resultando em uma nova compreensão (síntese) que supera e integra as contradições anteriores (Hegel, 1992). Karl Marx, por sua vez, adaptou a dialética para a análise materialista, enfatizando as contradições sociais e econômicas como motores da história e da transformação social (Marx; Engels, 2007). Neste trabalho de investigação comparativa de natureza conceitual apresenta-se o oligopólio das *big techs* (superfície) e o oligopólio das plataformas eróticas (submundo) como estruturas de poder e mecanismos violentos subjacentes que sustentam e reproduzem as práticas de dominação, mas são obscurecidos pelo discurso hegemônico. A comparação é orientada por estudos conceituais e literatura especializada que descreve práticas e arquiteturas sociotécnicas – sem emprego de fontes empíricas primárias (tais como entrevistas, reportagens de campo e outros). As

---

<sup>5</sup> Neologismo teórico proposto neste estudo baseado na articulação entre os conceitos de necropolítica (Mbembe, 2014) e da precarização neoliberal na esfera do trabalho (Foucault, 2008; Harvey, 2008; Han, 2015, 2018).

categorias analíticas mobilizadas – performatividade espectral, servidão algorítmica, necrotabalho digital – emergem da leitura crítica comparativa do quadro teórico e orientam a interpretação dos mecanismos de reprodução e naturalização da opressão de gênero na cibercultura. O alinhamento entre objetivo, método e resultados decorre dessa triangulação conceitual, que prioriza a coerência argumentativa e o rigor teórico na delimitação do escopo do ensaio.

A relevância deste estudo reside em sua contribuição para o arcabouço teórico da comunicação digital e para a ampliação do debate sobre o combate à violência contra a mulher na cibercultura. Soma-se novos aspectos para a temática no intuito de enriquecer estudos progressos e oferecer subsídios teóricos para políticas públicas que articulem direitos humanos em ambientes digitais. A urgência, portanto, não é apenas regulatória, mas civilizatória: frear a necropolítica<sup>6</sup> digital (Mbembe, 2014) que transforma a vida humana em espetáculo descartável, apropriando-se de pautas progressivas, sobretudo no que toca a falácia do empoderamento e da emancipação da mulher.

## **2 CIRCUITOS OCULTOS DA CIBERCULTURA**

Conforme análise de Evgeny Morozov, as *big techs* – corporações transnacionais de tecnologia majoritariamente sediadas no Vale do Silício, epicentro da economia digital estadunidense — consolidam hegemonia econômica, política e cultural mediante o controle de três eixos estruturantes: dados, algoritmos e infraestruturas digitais. Em seu artigo “Tech titans are busy privatising our data”, Morozov (2016) desvela as operações sistêmicas que caracterizam essas empresas, sintetizadas em quatro pilares:

- a) Privatização de dados: Morozov (2016) descreve um processo de extração de valor biopolítico (Foucault, 2008), por meio da mercantilização de dados pessoais. Nesse entendimento, aspectos íntimos da existência humana – desde padrões de consumo até interações sociais – são apropriados e convertidos em *commodities*, insumos para a acumulação de capital e vigilância permanente. Esse mecanismo,

---

<sup>6</sup> Compreende-se o conceito de “necropolítica” (Mbembe, 2014) como o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer exercido por Estados ou grupos hegemônicos. Achille Mbembe analisa como tecnologias de controle (ex.: zonas de guerra, políticas de exceção) perpetuam exclusão social e marginalização através do poder sobre a vida e a morte (Mbembe, 2014, p. 122).

segundo o autor, atualiza dinâmicas de extrativismo digital (Zuboff, 2021), onde a vida privada é transformada em reserva de valor sob a égide de uma racionalidade neoliberal;

- b) Supremacia algorítmica: os algoritmos, longe de serem ferramentas neutras, operam como instrumentos de biopoder (Foucault, 2008), isto é, são responsáveis pelo encorajamento de mudanças de comportamentos coletivos e decisões políticas. Morozov (2016) enfatiza que essa supremacia algorítmica institui uma forma de “governamentalidade algorítmica” (Morozov, 2016) baseada na predição de preferências e manipulação probabilística, esvaziando a autonomia individual em prol de uma razão instrumental (Horkheimer, 2015);
- c) Erosão da esfera pública: a substituição de instituições democráticas por plataformas centralizadas reduz a participação cidadã a gestos performáticos de consumo digital (ex.: curtidas, compartilhamentos, acúmulo de seguidores, e assim por diante), convertendo o debate público em roteiros pré-formatados. Morozov (2016) alerta para o esvaziamento do potencial crítico da esfera pública, subsumida à lógica da sociedade do espetáculo (Debord, 1997), na qual conflitos sociais são diluídos em interfaces de consumo;
- d) Feudalismo digital (Morozov, 2016): a metáfora ilustra relações assimétricas nas quais usuários, reduzidos a proles digitais (Morozov, 2016), cedem dados e trabalho imaterial gratuitamente, enquanto as *big techs* monopolizam regulação e riqueza. Nessa estrutura a servidão algorítmica naturaliza-se sob a retórica da "conectividade livre", mascarando a exploração sistêmica que coaduna na precarização da subjetividade.

Em síntese, Morozov (2016) argumenta que as *big techs* ultrapassam a condição de meras corporações, assumindo-se como agentes geopolíticos capazes de reconfigurar as noções tradicionais de soberania. Ao atuarem em paralelo às estruturas estatais, essas entidades se apropriam de competências regulatórias sobre direitos fundamentais, privacidade e parâmetros éticos, sustentando seu poder na conversão de liberdades individuais em mercadorias transacionáveis. Tal processo, segundo o autor, é legitimado por

uma retórica que naturaliza a exploração sob os eufemismos de “inovação” e “conveniência”.

Em consonância crítica, observa-se que o submundo da cibercultura opera sob lógica análoga, porém, radicalizada. Enquanto as corporações hegemônicas mercantilizam dimensões da vida cotidiana – como a exibição performática de viagens e o consumo ostentatório –, o submundo digital direciona-se à mercantilização da intimidade, particularmente de corpos e subjetividades femininas. Nesse contexto, práticas supostamente emancipatórias, como a autogestão da imagem feminina, são cooptadas por mecanismos de servidão algorítmica, que instrumentalizam discursos de "autonomia" para ocultar relações assimétricas de exploração. Em nível individual, mulheres enfrentam perda de autonomia e vigilância constante sobre seus corpos, mesmo quando direitos existenciais e de personalidade são violados<sup>7</sup>. Em nível coletivo, perpetua-se uma cultura de violência simbólica (Bourdieu, 2004) que obstrui avanços rumo à equidade de gênero.

Considerando essa reflexão, a superfície e o submundo da cibercultura não são estratos isolados, mas faces de um sistema predatório neoliberal no qual a violência da técnica (Heidegger, 2007) do século XXI reconfigura – sem substituir – estruturas clássicas de dominação. A resistência exige, portanto, desvelar essas dinâmicas como ferramentas de opressão – e não como de emancipação da mulher.

### **3 NECROTRABALHO DIGITAL<sup>8</sup>**

A partir dos encadeamentos precedentes, convém estabelecer algumas relações sociofenomenológicas multilaterais e extrair algumas consequências social-históricas importantes no que toca o impacto de ambos oligopólios cibercultura no processo civilizatório em curso. Nesse amplo espectro temático, importa esclarecer que o oligopólio cibercultural

---

<sup>7</sup> Ver clausula 16.3 do contrato de prestação de serviços disponível em: <https://models.cameraprive.com/br/legal/platform-agreement/print>. Acesso em: 30 set. 2025.

<sup>8</sup> Neologismo teórico proposto neste estudo para designar a exploração laboral radicalizada em contextos digitais, onde corpos são mercantilizados sob regimes necropolíticos (Mbembe, 2014). O termo articula a precarização neoliberal (Harvey, 2008) com a biopolítica (Foucault, 2008), descrevendo práticas que convertem a "morte social" – perda de autonomia, exposição irreversível de imagens íntimas e erosão da subjetividade – em lucro. No submundo da cibercultura manifesta-se em plataformas como OnlyFans, Câmera Privê e Privacy, onde cláusulas contratuais abusivas e a ausência de proteção jurídica naturalizam a violência física e simbólica como custo da "liberdade empreendedora" (Han, 2018). O necrotrabalho opera, assim, na interseção entre necroeconomia (Mbembe, 2014) e psicopolítica (Han, 2015), expondo a falência ética do capitalismo algorítmico.

de *sites* eróticos que compõe o submundo distingue-se do oligopólio de empresas de tecnologia que compõe a superfície da cibercultura por motivos operacionais – e não morais – e revela estágios distintos de controle da sociedade mediática avançada (Trivinho, 2007). Embora a superfície (oligopólio das *big techs*) e o submundo (oligopólio dos *sites* eróticos) compartilhem a matriz predatória do neoliberalismo, o submundo opera sob uma arquitetura de impunidade global, agravando a violência neoliberal em dimensões distintas. Neste estudo trabalha-se pontos específicos da barbárie do submundo no que toca precisamente a opressão contra a mulher e a desigualdade de gênero na cibercultura.

### 3.1 PERFORMANCES HIPER-REAIS

A padronização de corpos e comportamentos configura-se como imperativo estrutural tanto na superfície quanto no submundo da cibercultura, operando como dispositivo biopolítico (Foucault, 2008) para converter indivíduos em produtos/consumidores de massa. Nas plataformas digitais essa lógica neoliberal (Harvey, 2008) submete os sujeitos a protocolos de desempenho que esvaziam singularidades em prol de métricas de engajamento e produtividade, reprogramando o imaginário social (Magossi, 2021) a partir da homogeneização de desejos e condutas sob a égide do mercado. Assim, a performatividade espectral suplanta a autenticidade relacional, transformando os indivíduos em massa de manobra. David Le Breton assinala que a sociedade digital introduz “rupturas simbólicas inéditas que questionam a capacidade de estabelecer ligações, dar sentido e sabor à vida” (Le Breton, 2013, p. 13). O apagamento do sentir em prol do performar na rede reflete uma transformação antropológica na relação do sujeito com o mundo, na qual a vida é reduzida a uma coleção de gestos performáticos esvaziados de substância existencial.

Nessa sistemática, fluxos hiperacelerados de conteúdo impedem a reflexão crítica, causando uma espécie de entorpecimento corporal via telas (Baitello Junior, 2012): corpos imersos em pulsões visuais tornam-se receptáculos passivos, incapazes de decodificar a violência simbólica (Bourdieu, 2004) inerente ao *modus operandi* dos oligopólios ciberculturais. Bourdieu (2004) descreve a “violência simbólica” pela imposição de estruturas de dominação pela internalização de normas sociais, sem uso explícito de força, perpetuando

desigualdades. No contexto digital, manifesta-se na aceitação passiva de padrões mediáticos que naturalizam a violência como “escolhas individuais”.

Não sem motivos, o conteúdo publicitário do mercado adulto estimula os homens heterossexuais a assistir vídeos em *sites* pornô de atores humilhando atrizes – ao invés de atores demonstrando afeto às atrizes. Para isso, as empresas levam os homens a acreditar que as mulheres realmente gostam de serem humilhadas. A armadilha é feita com anúncios e mensagens automáticas escritas na primeira pessoa do singular, como se a própria mulher estivesse pedindo para servir aos comandos do homem (Magossi, 2021).

Em linha de continuidade temática, o submundo da cibercultura, fenômeno gestado sob a égide do capitalismo tardio (Harvey, 2008), configura-se como dispositivo de subjetivação (Foucault, 2008), visto que a experiência humana é convertida em mercadoria algorítmica com contornos específicos. Ao operar na intersecção entre economia digital e controle biopolítico, esse ecossistema nega a possibilidade de "liberdade" (sexual, emocional, psíquica), seu *modus operandi* assenta-se na padronização de corpos e desejos eróticos sob métricas de produtividade bem delineadas.

Assim, as mulheres são reduzidas a "operadoras de performance" (Harvey, 2008), condicionadas a reproduzir fetiches pré-formatados para garantir a própria sobrevivência financeira. Tais representações performáticas integram um repertório estratégico, meticulosamente inserido no imaginário social do público masculino por agentes econômicos e estruturas corporativas no intuito de maximizar a lucratividade empresarial. Isto é, as performances hiper-reais de teor erótico configuram-se como dispositivos de reprodução de interesses capitalistas, nos quais as corporações se apropriam de até 80% dos ganhos gerados pelas vítimas. Conforme destaca Foucault (2008, p. 299), trata-se de "um novo modo de subjetivação econômica e política, uma maneira de organizar a relação entre os indivíduos e o mercado". Esse projeto político reconfigura relações sociais em termos mercantis, instrumentalizando tecnologias como ferramentas de domesticação psíquica (Han, 2015). Por isso, conclui-se que a mercadoria do submundo é a dominação ideológica dos sujeitos – produtoras de conteúdo erótico e consumidores reprogramados –, e não a mera exposição dos corpos nas redes interativas e algorítmicas sem maiores consequências.

Como exemplo prático dessas performances hiper-reais e da reprogramação do imaginário é possível citar o mercado dos *vibe toys* (vibradores interativos) e das *fucking machines* (máquinas de penetração interativas). No Brasil esses dispositivos – adquiridos pelas próprias trabalhadoras a custos elevados (R\$ 2.500 e R\$ 6.000, respectivamente) – operam em uma lógica tarifária que varia entre R\$ 0,60 e R\$ 1,80 por pulso para o usuário. Enquanto se autoviolenta, as mulheres recebem apenas uma fração do lucro gerado: cada ativação rende, à vítima, de R\$0,30 a R\$0,90, o que configura uma exploração econômica direta. A estratégia comercial de oscilação entre os valores refere-se aos níveis graduais de tortura: vibrações “brutais” (*monster vibe*) e penetrações mais potentes (*ultra-high*) são vendidas como experiências de "maior interação" com a vítima. Quem tem estômago para acompanhar certamente percebe, pela própria semântica, a violência brutal e monstruosa contra a mulher sendo naturalizada e anunciada como espetáculo cibercultural.

A dinâmica aprofunda-se com a engrenagem algorítmica: os perfis das trabalhadoras são geridos como dados, com o tráfego de usuários direcionado prioritariamente àquelas que aderem às ferramentas, mantêm-nas ativas e produzem conteúdos promocionais (*stories*). Quem recusa a autoviolência é invisibilizada, enquanto as que aceitam recebem maior visibilidade – condição essencial para receber gorjetas (*tips/tokens*). Assim, a plataforma lucra tanto com o aparato tecnológico, instalado no corpo da mulher por horas, como consolida um ciclo de coerção sistêmica: a sobrevivência econômica da vítima depende necessariamente de sua disponibilidade para a automação violenta de seus corpos. Enquanto isso, o proprietário oculto maximiza lucros sob a fachada da “interatividade” em seu discurso publicitário falacioso.

No rastro desses marcadores, é fundamental destacar que a vítima só pode utilizar, na plataforma, os instrumentos cuja parceria comercial foi previamente estabelecida entre os contratantes de cada marca, ou seja, entre o site e o produto compatível. Cada plataforma opera com acordos comerciais exclusivos, criando um mercado artificial para equipamentos que, em outras circunstâncias, sequer existiriam. Um mercado sustentado pela violência brutal (física, simbólica e sistêmica) contra mulheres em pleno século XXI (Magossi, 2021). Conclui-se que a mercantilização da vida atinge sua expressão mais perversa: a monetização

dos corpos e subjetividades femininas reside na autoviolência da mulher, isto é, na reprodução de simulacros eróticos padronizados (Baudrillard, 1991).

Sobre a temática, Baudrillard (1991) afirma que vivemos em uma nova fase da história, em um novo mundo organizado em torno de simulacros e simulações, o que transforma radicalmente as experiências de vida, destrói os sentidos e as significações e esvazia completamente o conceito de realidade. Assim, o mundo em que se vive é substituído por uma espécie de “mundo-cópia”, no qual o sujeito procura estímulos simulados e a distinção entre “real” e “irreal” se torna impossível. Nas palavras do autor: “livre do real, você pode fazer algo mais real que o real: o hiper-real” (Baudrillard, 1991, p. 20). Em contexto cibercultural o termo pode ser aplicado à construção desejos artificiais por meio de imagens, textos e vídeos dissuadidos em redes interativas e algorítmicas que dissimulam relações de consumo sob a lógica do valor simbólico. Nesta chave de leitura, Jean Baudrillard define a pornografia como hiper-realidade: “a pornografia é ficção hipertrofiada de sexo consumido na sua irrisão para a sua irrisão” (Baudrillard, 1991, p. 120). Destruidora de intensidades e aceleradora de inércia, seu “efeito de imaginário esconde que não há mais realidade além como aquém dos limites do perímetro artificial” (Baudrillard, 1991, p. 23).

### 3.2 REFORÇO DO PATRIARCADO

A argumentação assume um compromisso mais sólido com a subjetividade humana, apresenta o submundo como um mapa desconhecido a ser desvelado e seus agentes combatidos. Para compreender como esse ecossistema reforça estruturas patriarcais é fundamental examinar o papel da comunicação enquanto alicerce ontológico da sociabilidade humana (Morin, 2000). De acordo com Edgar Morin, a comunicação refere-se a um dos desdobramentos da hipercomplexidade humana, apresentando-se como um processo metabólico que articula indivíduo, cultura e ambiente em redes interdependentes de significação, transcendendo a mera transmissão informacional (Morin, 2000).

Em seus estudos sobre o tema, Morin (1988) propõe o surgimento da consciência como conquista da complexidade no homem genérico, que evoluiu de maneira gradativa e gerou sua hipercomplexidade. De acordo com o autor, a hipercomplexidade humana é responsável por distinguir o imaginário do real por intermédio das relações estabelecidas entre imagens

internas e imagens do ambiente.

Nesse sentido, um sistema hipercomplexo é um sistema que diminui as restrições ao mesmo tempo em que aumenta as suas aptidões organizacionais, designadamente, e sua aptidão para a transformação. Portanto, o sistema hipercomplexo é, em comparação com um sistema menos complexo, fracamente hierarquizado, fracamente especializado, não estritamente centralizado, mas fortemente dominado pelas competências estratégicas e heurísticas, mas fortemente dependente das intercomunicações e, por todas estas características, mas fortemente submetido à desordem, ao 'ruído' e ao erro (Morin, 1988, p. 155).

Sob essa perspectiva, a linguagem opera como tecido conectivo dos laços sociais, sustentando não apenas trocas discursivas, mas a própria tessitura do *homo socius*. Morin (2000) compreende o *homo socius* como uma dimensão ontológica do ser humano constituída pela comunicação simbólica, que transcende a simples troca de informações e atua como base da sociabilidade. Isso significa que o *homo socius* não é apenas um indivíduo isolado, mas um ente social cuja existência e identidade são tecidas por meio de interações simbólicas complexas. A linguagem, nesse contexto, funciona como um "tecido conectivo" que sustenta os laços sociais, integrando o sujeito a sistemas culturais e ambientais. Para Morin (2000) a sociabilidade humana é, portanto, um fenômeno dinâmico e interdependente, no qual comunicação, cultura e ambiente se retroalimentam, formando redes de significados que definem a própria condição social do ser humano. O *homo socius* emerge, assim, como resultado dessa trama relacional e metabólica, que une o singular (indivíduo) ao coletivo (sociedade).

Em continuidade reflexiva, a desestruturação das matrizes comunicativas tradicionais no ecossistema digital provoca rupturas antropológicas profundas: considerando que a complexidade pressupõe circularidade e reciprocidade (Morin, 2000), o submundo da cibercultura impõe um paradigma reducionista no qual o vínculo comunicativo é substituído por transações algorítmicas e corpos femininos são codificados em signos hiper-reais (Baudrillard, 1991). A teoria de Pross (1980), adaptada ao objeto de estudo, oferece ferramentas para decifrar essa dinâmica: o corpo, enquanto primeiro meio de comunicação, é apropriado pelo submundo como suporte para mensagens que naturalizam a opressão de gênero. Assim, a hipertextualização de corpos femininos, instrumentalizada por dispositivos

tecnológicos, transcende a mera representação visual: consolida-se como ato comunicativo perverso que atualiza mecanismos históricos de dominação, controle e exploração.

A análise de Marilena Chaui sobre os aparatos ideológicos de dominação ganha contornos precisos nas plataformas adultas, que reproduzem a lógica patriarcal, convertendo corpos femininos em territórios de controle simbólico e físico a partir da servidão feminina. Nas palavras da autora: “é o olhar masculino que produz a servidão feminina. A mulher é vista exclusivamente como objeto de prazer, a tal ponto que suas qualidades intelectuais e morais permanecem soterradas” (Chaui, 1985, p. 57). O conceito de “servidão” é apreendido pela autora a partir de relações intersubjetivas, nas quais a imagem da liberdade nasce da posição do próprio escravo. Nesse sentido, a liberdade é imaginada como poder que se exerce sobre outrem, não como oposição à escravidão. Em outras palavras: quem sonha com a liberdade é quem não a possui. O tirano, por sua vez, não almeja o que já tem (Chaui, 1976). Marilena Chaui define o tirano como aquele que produz a ilusória imagem de liberdade no oprimido ao passo que detém o poder de negar aos outros a liberdade. Nas palavras da autora: “a liberdade é não estar em poder de outrem, seja pelo ferro ou pelo fogo, seja pelo logro das promessas, seja, enfim, pelo medo das ameaças” (Chaui, 1976, p. 57).

Abrangendo essas preocupações, Chaui (1985) explica que a violência simbólica se efetiva justamente quando o dominado internaliza a lógica do dominante, confundindo subjugação com autonomia. No contexto analisado, essa dinâmica é materializada na forma como plataformas adultas cooptam narrativas emancipatórias: ao associar exploração econômica a discursos de “empreendedorismo”. Nessa inversão semântica as vítimas são transformadas em mercadorias ativas da sua própria objetificação. Como ressalta a autora, “os discursos masculinos sobre a mulher [...] incidem especificamente sobre seu corpo” (Chaui, 1985, p. 27), mecanismo que se sofisticou na cibercultura através de práticas brutais impostas sob o véu da “autodeterminação”. Trata-se de uma “violência fundante” que estrutura relações de gênero sob a máscara da normalidade (Chaui, 1985). Nesse cenário, as mulheres são conduzidas à servidão e à autoviolência.

Em termos práticos, o submundo reforça o patriarcado e a opressão de gênero por meio da competição entre pares que vincula reconhecimento à tortura física e psíquica. Tal prática de instrumentalização dos corpos femininos através de dispositivos eletrônicos

controlados remotamente por usuários, via *bluetooth*, opera sob a lógica da melancolia do único (Trivinho, 2010): as mulheres são coagidas a rivalizar entre si, ignorando os danos físicos (lesões por vibração intensa) e psíquicos (despersonalização). A plataforma transforma a violência em espetáculo, premiando a "melhor performance interativa" (*best vibe performer*), ou seja, quem suporta por mais tempo a tortura. Essa estratégia de violência simbólica (Bourdieu, 2004) associa títulos fictícios (*pop star, hall of fame*) e recompensas irrelevantes – como uma almofada – à submissão extrema. Em datas festivas a plataforma intensifica a coerção, oferecendo "promoções" que demandam maratonas de 72 horas *on-line* ininterruptas. A falsa meritocracia (*sex symbol, superstar*) mascara a exploração, convertendo prêmios efêmeros em mecanismos de controle e conformidade.

A análise de Byung-Chul Han complementa essa discussão ao demonstrar como o dispositivo da liberdade é ressignificado pelo neoliberalismo: a suposta "escolha" de se expor digitalmente, sob a lógica da autoexploração voluntária, mascara a servidão contratual, reeditando hierarquias de gênero em moldes tecnológicos (Han, 2015). Assim, a violência simbólica descrita por Chauí (1985) migra do espaço físico para o algorítmico. Logo, a visibilidade mediática (Trivinho, 2010) não emancipa, mas transforma corpos em estereótipos – agora revestidos de uma suposta agência pós-feminista. Essa reconfiguração expõe o paradoxo central da "liberdade digital": ao mesmo tempo que promove a ilusão de autodeterminação reforça o patriarcado por meio de ciclos de autoexploração normalizada (Zuboff, 2021). Essa dinâmica reflete a sociedade do espetáculo digitalizada (Debord, 1997), que se dinamiza em performances algorítmicas em tempo real, convertendo corpos femininos em mercadorias hiper-reais.

Retomando a tese de Chauí (1985) sobre violência simbólica – definida como conversão estratégica de diferenças em desigualdades hierárquicas –, observa-se que o submundo da cibercultura opera uma dupla captura: primeiro ao reduzir mulheres a "objetos" descartáveis sob a retórica de "empoderamento feminino"; segundo ao naturalizar essa redução como suposta "liberdade digital" (Zuboff, 2021). O resultado, como sintetiza Han (2015), é a perpetuação de um regime de visibilidade coercitiva, isto é, transações que simulam empoderamento, mas objetivam consolidar assimetrias históricas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A argumentação reflete sobre as tensões entre as dinâmicas de poder tipificadas do oligopólio cibercultural da superfície (*big techs*) e do submundo (*sites* eróticos) no intuito de estudar as relações entre os modos de organização de vida, discursos mediáticos e práticas sociais, culturais e políticas na civilização tecnológica atual.

Como síntese do estudo, ambos os oligopólios se referem a empresas de porte global e elevado faturamento, com participação decisiva na indústria de tecnologia, atuando em nichos específicos de mercado: enquanto a superfície mercantiliza valores e comportamentos, condicionando hábitos de consumo, o submundo mercantiliza a intimidade humana sob contratos de prestação de serviços que exigem servidão vitalícia, condicionando o afeto e a sexualidade do tecido social para performances hiper-reais que reprogramam o imaginário social.

A diferença crucial entre ambos os estratos digitais reside na intensificação da violência sistêmica, sobretudo no que toca a violência contra a mulher: enquanto os líderes da superfície ostentam projeção pública e operam sob regulamentações mínimas – ainda que insuficientes – os mandantes do submundo atuam à margem do escrutínio, em vácuo jurídico total, impondo cláusulas que silenciam e violentam os direitos fundamentais das vítimas – majoritariamente do gênero feminino.

Diante do reescalonamento da predação neoliberal no submundo da cibercultura, a argumentação tematiza os principais conflitos e riscos inerentes a esse ecossistema digital, fundamentalmente imbricados à reprodução de uma sistematização da vida que atualiza a opressão de gênero e reforça o patriarcado sob o mascaramento da “autonomia” e do “empoderamento” feminino por meio da violência da técnica (Heidegger, 2007). A crítica proposta visa, assim, desmontar como a sofisticação neoliberal recicla opressões históricas, substituindo a coerção explícita por adesões resignadas, onde a própria vítima é convocada a performar sua exploração como ato de emancipação.

Ao final, objetiva-se que este estudo inspire mais pesquisas, de outras áreas do saber, a respeito da temática para o esclarecimento do *modus operandi* da civilização tecnológica atual, bem como estimule medidas práticas, tais como: a) regulação transnacional – criminalização de cláusulas abusivas e garantia de proteção jurídica contra perseguições de

mandantes e capatazes; b) educação mediática – combate à desinformação com pedagogias críticas; e c) políticas públicas – ações que priorizem os direitos humanos, sobretudo no que toca o combate à violência contra a mulher na cibercultura.

## REFERÊNCIAS

BAITELLO JUNIOR, Norval. **O pensamento sentado**: sobre glúteos, cadeiras e imagens. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. *In*: CARDOSO, Ruth; CHAUI, Marilena; PAOLLI, Maria Celia (org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. São Paulo: Zahar Editores, 1985. v. 4. p. 23-62.

CHAUÍ, Marilena. Terceira margem: notas para um rodapé selvagem. **Almanaque Revista de Literatura e Ensaio**, São Paulo, v. 2, p. 54-58, 1976.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007. DOI: 10.1590/S1678-31662007000300006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/QQFQsqx77FqjnxGrNBHDhD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 fev. 2026.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Unesp, 2015.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. 6. ed. Campinas: Papyrus,

2013.

MAGOSSI, Priscila Gonçalves. Reprogramação no ciberespaço: um estudo sobre a gradativa reprogramação psicoafetiva e sexual da civilização tecnológica atual e seus efeitos sociais. *In*: II ENCONTRO VIRTUAL DA ABCIBER, 2., 2021, São Paulo, **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ABCiber, 2021. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2021/paper/viewFile/1581/1193>. Acesso em: 27 fev. 2026.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Portugal: Europa-América, 1988.

MOROZOV, Evgeny. Tech titans are busy privatising our data. **The Guardian**, [s. l.], 24 Apr. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/24/the-new-feudalism-silicon-valley-overlords-advertising-necessary-evil>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PROSS, Harry. **Estrutura simbólica do poder**. São Paulo: Cultrix, 1980.

TRIVINHO, Eugênio. **A dromocracia cibercultural**: lógica da vida humana na civilização mediática avançada. São Paulo: Paulus, 2007.

TRIVINHO, Eugênio. Visibilidade mediática, melancolia do único e violência invisível na cibercultura: significação social-histórica de um substrato cultural regressivo da sociabilidade em tempo real na civilização mediática avançada. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 19., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Galoá, 2010. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2010/trabalhos/visibilidade-mediatica-melancolia-do-unico-e-violencia-invisivel-na-cibercultura?lang=pt-br>. Acesso em: 13 jan. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

#### **Histórico do artigo:**

Submetido: 30 set. 2025 | Aceito: 03 fev. 2026 | Publicado: 08 maio 2026.